

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/13865	18427/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCQV - DDGED - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a **Bracara Team Associação**, com o RECAM 80/2017, no valor de **50.000,00€ (cinquenta mil euros)**.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Maria Sampaio de Macedo Araújo (1 / 2)
Assinante
Data: 06/05/2025
Hora: 14:58:56
HASH: 682c886b1f3cae766374d617b5034f



Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (2 / 2)
Assinante
Data: 06/05/2025
Hora: 15:00:03
HASH: 225f29b0a31c3724e8a3d793f72833955



Data: 02/04/2025

Nº Processo: 12743/2025

Processo: Pedido de Apoio - Bracara Dance Sport | 31 de maio a 1 de junho de 2025

Propõem-se à **Bracara Team Associação**, pessoa coletiva n.º 514 324 635, com sede na Rua José Afonso n.º 35, 2º B, São Vicente 4700-392 com o RECAM 280/2017, um apoio financeiro para a organização e realização do Bracara Dance Sport WDSF World Championship Choreographic Latin, no valor de **50.000,00€ (cinquenta mil euros)**.

O Bracara Dance Sport WDSF World Championship Choreographic Latin, realizar-se-á nos dias 31 de maio a 1 de junho de 2025, no Fórum Braga, uma das melhores competições da dança do Sul da Europa, que contará com a presença dos melhores bailarinos do mundo.

O apoio financeiro enquadra-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f)).

Assim e como meio de valorização e promoção da cidade, propõe-se que o Município de Braga, atribua um apoio financeiro à **Bracara Team Associação**, pessoa coletiva n.º 514 324 635, com sede na Rua José Afonso n.º 35, 2º B, São Vicente 4700-392 com o RECAM 280/2017, para a organização e realização do Bracara Dance Sport WDSF World Championship Choreographic Latin, no valor de **50.000,00€ (cinquenta mil euros)**.

À consideração superior,

Utilizador: Ana Isabel de Oliveira Vinhas





MINUTA DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: Ana Cristina de Carvalho Cerqueira Lima da Silva, em representação da **Bracara Team Associação**, na qualidade de Presidente, pessoa coletiva n.º 514 324 635, com sede na Rua Dr. Manuel José de Oliveira Machado, nº 25 - 1º piso, 4700-058 na freguesia de São Vicente, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II da parte F do Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª (Objeto)

Constitui objeto do presente contrato, a execução de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar a organização e realização do evento “Bracara Dance Sport WDSF World Championship Choreographic Latin”.

Cláusula 2.ª (Obrigações da ENTIDADE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:
 - a) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro;
 - b) A **ENTIDADE** enviará sempre que solicite o pagamento de qualquer valor, os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, procedendo o **MUNICÍPIO** ao pagamento até ao valor referido na cláusula sexta do presente contrato;
 - c) Em cada entrega de valores por parte do **MUNICÍPIO**, a **ENTIDADE** obriga-se a emitir o respetivo recibo de quitação;
 - d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;

- e) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;
- f) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- g) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- h) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- i) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- j) Facultar, sempre que o Município necessite, as instalações cedidas para a realização de eventos e/ou outras atividades;
- k) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- l) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- m) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 3.ª

(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, através da atribuição de um subsídio no montante de **50.000,00€ (cinquenta mil euros)**.
2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%, podendo, caso se justifique, ser anexado um cronograma financeiro, bem como que documentos devem ser apresentados para comprovar a realização da atividade ou da despesa.

Cláusula 4.ª

(Afetação da verba)

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

Cláusula 5.ª

(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 6.ª

(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2025.

Cláusula 7.^a
(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 8.^a
(Rescisão Unilateral)

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.
2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

Cláusula 9.^a
(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado a _____, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Ricardo Rio)

(Ana Silva)